

JOÃO JOSÉ REIS
FLÁVIO DOS SANTOS GOMES
MARCUS J. M. DE CARVALHO

O alufá Rufino

*Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico
Negro (c. 1822-c. 1853)*



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2010 by João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus J. M. de Carvalho

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Mariana Newlands

Fotos de capa

Detalhe de São Salvador da Baía de Todos os Santos: Vista panorâmica (c. 1835-7), Emeric Essex Vidal, aquarela/ Sermão de casamento de alufá Rufino, Arquivo Nacional

Mapas

Sonia Vaz

Preparação

Carlos Alberto Bárbaro

Índices

Luciano Marchiori

Revisão

Valquíria Della Pozza

Erika Nakahata

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reis, João José

O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853) / João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Marcus J. M. de Carvalho. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

ISBN 978-85-359-1736-9

1. Africanos - Brasil - História 2. Escravidão - Brasil - História 3. Escravos - Comércio - Brasil - História 4. Maria, Rufino José 1. Gomes, Flávio dos Santos. II. Carvalho, Marcus J. M. de III. Título.

10-08448

CDD-981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Tráfico, escravidão e liberdade : História Social 981

[2010]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

Sumário

| | |
|--------------------|---|
| Abreviaturas | 7 |
| Prefácio | 9 |

PARTE I

| | |
|------------------------------------|----|
| 1. A África de Rufino | 15 |
| 2. Escravo na Bahia..... | 24 |
| 3. Escravo em Porto Alegre | 40 |
| 4. Farrapos e alforria | 60 |
| 5. Liberto no Rio de Janeiro | 68 |
| 6. O Rio com medo..... | 83 |

PARTE II

| | |
|---|-----|
| 7. Rufino no tráfico | 99 |
| 8. Luanda, capital negreira d'Angola | 116 |
| 9. Preparando a <i>Ermelinda</i> | 126 |
| 10. Os patrões de Rufino | 146 |
| 11. Passageiros, carregadores e carga | 165 |
| 12. A <i>Ermelinda</i> ao mar | 178 |

| | |
|--|-----|
| 13. <i>Equipment Act</i> | 190 |
| 14. Serra Leoa | 207 |
| 15. Entre akus e malês | 228 |
| 16. O julgamento da <i>Ermelinda</i> | 241 |
| 17. Jogo sujo..... | 258 |
| 18. De novo ao mar | 267 |

PARTE III

| | |
|---|-----|
| 19. Contando o prejuízo..... | 279 |
| 20. O Recife de Rufino | 290 |
| 21. Homem de fé e feitiço..... | 305 |
| 22. Tempos tensos no Recife de Rufino | 320 |
| 23. Liberado | 328 |
| 24. Os malês do Recife e uma polêmica doutrinária | 337 |

| | |
|---|-----|
| Epílogo..... | 335 |
| Anexos | 361 |
| Agradecimentos | 385 |
| Notas..... | 389 |
| Fontes e referências bibliográficas | 445 |
| Crédito das imagens..... | 467 |
| Índice onomástico..... | 469 |
| Índice remissivo..... | 475 |

Abreviaturas

| | |
|--------|--|
| ACMS | Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador |
| AHNA | Arquivo Histórico Nacional de Angola |
| AHI | Arquivo Histórico do Itamaraty |
| AHRS | Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul |
| AHU | Arquivo Histórico Ultramarino |
| AMM | Arquivo do Memorial da Medicina Brasileira |
| AMS | Arquivo Municipal de Salvador |
| AN | Arquivo Nacional |
| ANTT | Arquivo Nacional da Torre do Tombo |
| APEBA | Arquivo Público do Estado da Bahia |
| APEJE | Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano |
| APERGS | Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul |
| APERJ | Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro |
| ASCM | Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia |
| HCPP | House of Commons Parliamentary Papers |
| IAHGPP | Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco |
| LNT | Livro de Notas do Tabelaio |

MJPE Memorial de Justiça de Pernambuco
NAGB National Archives of Great Britain
TSTD The Trans-Atlantic Slave Trade Database

PARTE I

Estamos continuamente com o pé sobre um furacão.
Diário do Rio de Janeiro, 1^a de outubro de 1836

1. A África de Rufino

Rufino disse ser filho do reino de Oyó, provavelmente sua capital Oyó Ilê, onde nasceu no início do século XIX. Oyó destacou-se como um dos Estados mais poderosos da região interior do golfo de Benim, chegando a controlar durante longo período no século XVIII e início do XIX a maioria dos reinos localizados em território iorubá. Além disso, submeteu os reinos de Daomé a oeste, Borgu ao norte e Nupe a nordeste, que se tornariam seus tributários. Oyó dominava importantes rotas de comércio de escravos que vinham do interior até portos dos golfos de Benim e de Biafra. Parte importante do poderio militar de Oyó, com destaque para sua cavalaria, ímpar na região, vinha dos recursos obtidos de sua ativa participação no tráfico de gente.

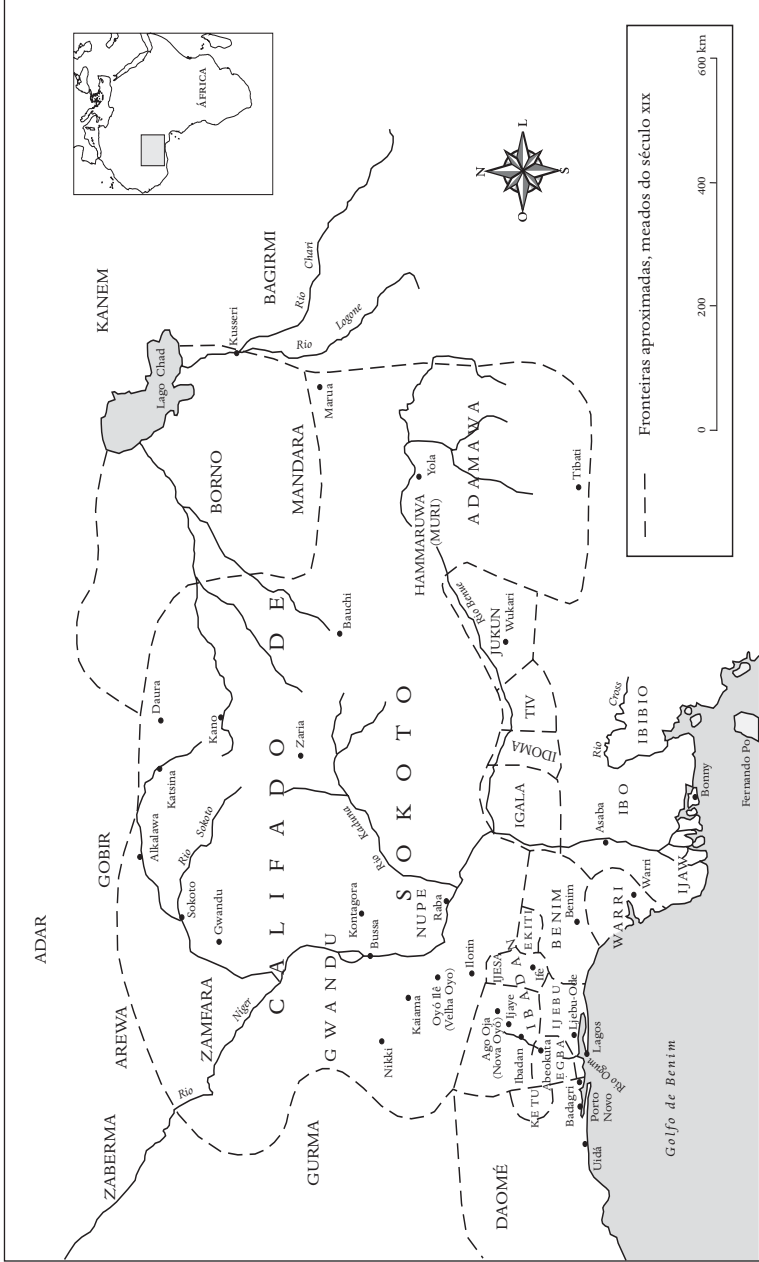
No alvorecer do século XIX, Oyó já enfrentava alguns desafios à sua hegemonia na região. Daomé e Nupe lutavam para sair da sua órbita de influência e, mais importante, o reino foi abalado por dissensões internas. Em torno de 1796, um guerreiro chamado Afonjá, o are-ona-kakanfo (ou comandante em chefe do Exército provincial de Oyó), se rebelou contra o recém-empossado *alafin* (rei de Oyó)

sob alegação de que esse cargo lhe cabia por mérito e direito de linhagem. Afonjá, além de importante chefe militar, era o líder político (ou *baálè*) da cidade de Ilorin, que ficava a sudeste de Oyó Ilê.

Sediado em Ilorin, Afonjá resistiu à autoridade do alafin durante duas décadas e, em 1817, decidiu jogar uma cartada decisiva ao incitar uma grande rebelião escrava em Oyó. Pois esse poderoso reino, além de promover o tráfico de escravos, era destes grande consumidor, ou seja, tratava-se de um Estado traficante à testa de uma sociedade escravista. A maioria dos escravos de Oyó vinha de territórios situados ao norte do reino, e entre eles a maior parte era haussá e muçulmana. Os povos de língua haussá ocupavam vasto território situado no norte da atual Nigéria, e ali um Estado muçulmano — o califado de Sokoto — foi formado em torno de 1809 sob a liderança dos fulânis, importante grupo étnico presente na região, obstinados devotos do Islã e responsáveis por um *jihad* iniciado em 1804.

Liderado por Usuman Dan Fodio — homem letrado, autor de eruditas obras religiosas, também poeta —, o *jihad* representou uma virada radical na história dos haussás e povos vizinhos. Inicialmente, a guerra santa teve como alvo principal os chefes haussás, acusados de oprimir os bons muçulmanos e de tolerar um estilo de islamismo sincretizado com a religião “pagã” local. Muitos adeptos desta, todavia, lutaram ao lado dos guerreiros do *jihad* com vistas a se verem livres de lideranças políticas amiúde tirânicas. Os haussás escravizados em Oyó eram principalmente vítimas desse conflito político-religioso que revolucionou a região, um movimento sobretudo de reforma muçulmana, de muçulmanos ortodoxos contra outros, acusados de relaxados, que no entanto evoluiu para uma guerra de expansão por todo o território haussá e para além de suas fronteiras, inclusive o país iorubá de Rufino. A revolta dos escravos haussás de Oyó, em 1817, marcaria o início da penetração muçulmana em larga escala entre os iorubás.

A REGIÃO DOS CONFLITOS NA ÁFRICA DOS MALÊS



Os cativos haussás eram empregados em diversos setores da economia de Oyó, mas se destacavam no papel de pastores. Suas habilidades como veterinários os tornavam mão de obra fundamental no cuidado dos cavalos utilizados para fins militares pelo poderoso reino. Assim, os escravos haussás dos iorubás desempenhavam função relevante na economia política da região, e ao se rebelarem causaram impacto desastroso e decisivo sobre Oyó. Eles teriam sido encorajados a abandonar em massa seus senhores por um mestre muçulmano, conhecido por Alimi entre os iorubás, homem livre da etnia fulâni, formado na ideologia do *jihad*, a quem o alafin permitira que pregasse nos domínios de Oyó, sem perceber que promovia sua própria desgraça. Mas quando a revolta aconteceu, em 1817, Alimi já vivia em Ilorin e seu apelo aos escravos haussás aconteceu em resposta a sugestões de Afonjá. A aliança entre Afonjá e os muçulmanos haussás ajudou a acelerar a trajetória já declinante do antigo e poderoso império de Oyó. No rastro da revolta escrava de 1817 se seguiram guerras civis uma atrás da outra, com consequências destruidoras, ao longo de mais de duas décadas. As vítimas desses conflitos abarrotaram os portos do tráfico e os porões dos navios que atravessavam sem descanso o Atlântico.¹

Rufino, então, cresceu num período tumultuado de sua terra natal. E no seio de uma família que ele declarou ser muçulmana. Os muçulmanos iorubás chamavam-se *imàle*, de cuja expressão deriva o termo malê usado no Brasil. Rufino afirmou ter começado a aprender o árabe, a língua do Islã, em Oyó, e que seu próprio pai seria alufá, “uma espécie de padre e mestre de escola, que além do ensino de preceitos religiosos exerce outros misteres”, segundo a justa definição do autor anônimo publicado pelo *Jornal do Commercio*.² Entretanto, os nomes que deu para seus pais não eram islâmicos, mas iorubás. Seu pai se chamava Ocoché (ou Ocoxé, Okoşe), que poderia significar coisas distintas, como “criança desobediente” ou “portador e guardião do oxé”, sendo oxé o machado

duplo, símbolo maior do orixá Xangô. Esta era a divindade mais importante no panteão religioso de Oyó, estreitamente ligada às suas linhagens reais mas também amplamente difundida no seio do povo comum. Se Ocochê tinha esse significado, o pai de Rufino pode ter sido devoto, talvez até sacerdote de Xangô, e não alufá. Mas é também possível que a família paterna de Rufino fosse devota de Xangô e o pai tivesse mais tarde se convertido ao islamismo. Quanto ao nome da mãe, Bixoumi, pudemos levantar pelo menos três possibilidades: “ela é como Exu”, a conhecida divindade mensageira e dona das encruzilhadas; ou “nascida para me guardar e proteger”; ou ainda “nascida na água”.³

É possível que Rufino tivesse preferido informar à polícia os nomes tradicionais de seus pais por um costume dos muçulmanos de sua terra, que mantinham os nomes étnicos, mesmo quando os tinham também islâmicos. Na Bahia de 1835, por exemplo, muitos malês presos após o famoso levante eram conhecidos por seus nomes iorubás: Ajayi, Alade, Aliyu, Dada, Licutan, Ojo e outros.⁴ O próprio Rufino, sob interrogatório dezoito anos depois, exceto talvez numa assinatura ainda perdida, não se identificou com seu nome muçulmano, Abuncare, de que só sabemos devido a uma nota no jornal pernambucano *Correio Mercantil*, cujo autor mantivera contato com o africano na prisão e escreveu: “chamado aqui Rufino e em sua terra Abuncare”.⁵

Na primeira metade do século XIX, residia em Oyó uma considerável, embora minoritária, população muçulmana, formada por imigrantes livres e escravizados do norte (principalmente haussás), além do grupo *imàle* nativo. Sabe-se que existia uma comunidade muçulmana iorubá em Oyó, desde pelo menos o final do século XVII, que convivia pacificamente com os adeptos da religião dos orixás, incluindo os governantes do reino. Narram fontes orais que o próprio alafin teria sob sua responsabilidade confirmar a liderança malê local. Muçulmanos que bem ou mal

escreviam o árabe, tanto iorubás quanto estrangeiros, ganhavam a vida a produzir e vender amuletos contendo passagens do *Corão* e outros escritos devocionais, que eram considerados objetos com extraordinária força protetora. Mesmo os alafins prezavam carregar esses patuás na guerra e na paz.

Mas, depois da revolta de 1817, tornou-se tensa a convivência entre a minoria muçulmana e a maioria devota dos orixás em Oyó. Os malês, convocados por certo Solagberu, um próspero comerciante iorubá, decidiram abandonar as dependências de Oyó em grande número e se juntaram aos rebeldes em Ilorin para fugir da perseguição do alafin. Este, incitado por sacerdotes de orixá, passara a ver os muçulmanos em geral, mesmo seus patrícios iorubás, como adversários políticos reais ou potenciais.

As forças reunidas em Ilorin vieram a ser formadas, de um lado, por muçulmanos de origem iorubá, haussá e fulâni, e, de outro, por gente adepta de orixá, que constituía a maioria dos habitantes da região. Ilorin estava tão profundamente identificada com seu líder que era conhecida como a cidade de Afonjá. Este, apesar da crescente influência dos muçulmanos em suas hostes, jamais se converteu ao islamismo, mantendo em sua casa altares bem cuidados de orixás, com provável destaque de Xangô, para desgosto dos muçulmanos, em particular de seu aliado Alimi, que tinha esperanças de ver o poderoso senhor de guerra abraçar o Islã. Alianças tão díspares não podiam ser desprovidas de tensões. Conflitos entre muçulmanos e adeptos da religião local repetiam-se no cotidiano de Ilorin. Em torno de 1823-4, segundo as contas de Robin Law, os muçulmanos fulânis e haussás se levantaram contra Afonjá e o mataram. Com esse golpe, Ilorin passaria a ser governada por estrangeiros devotos de Alá, os quais, no entanto, inicialmente respeitaram seus aliados locais, devotos de orixá, reservando para eles um lugar no conselho de governo do agora emirado de Ilorin.